

PARALISAÇÃO NO TRE

Greve compromete eleições

Funcionários do Tribunal param a partir de segunda por tempo indeterminado

Luciene Meireles
lucienemeirelesj@hotmail.com

Às vésperas das eleições, os servidores da Justiça Eleitoral anunciaram que entram em greve por tempo indeterminado a partir da próxima segunda-feira (27). A decisão foi tomada em assembleia realizada no final da tarde de ontem, reunindo cerca de cem funcionários na sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) na Paraíba. Eles rejeitaram a proposta de 15,8% oferecida pelo Governo Federal, por considerarem o índice insatisfatório. Na semana passada, havia sido comunicada uma paralisação de 48h, que termina hoje. Pelo menos 30% dos trabalhadores serão mantidos. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determina que 80% dos servidores da Justiça Eleitoral permaneçam no trabalho neste período.

"Estamos há seis anos sem reajuste, perdendo o poder aquisitivo na ordem de 50%, considerando o valor inflacionário de 2006 para cá. Nosso Plano de Cargos e Salários está tramitando no Congresso há três anos. O governo alega que não tem condições orçamentárias e apresentou a proposta de 15,8% que não cobre essa defasagem. Vamos lutar para que as negociações sejam retomadas. O governo não pode apresentar a mesma proposta para categorias que têm defasagens diferentes", declarou o coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal na Paraíba (Sindjuf-PB), Marcos Lopes.

A greve deverá comprometer a preparação para as eleições que acontecem em pouco mais de um mês. Lopes garantiu que o processo vai acontecer, mas se a adesão de servidores da Justiça Eleitoral superar 80% vai prejudicar o andamento das atividades. "Será um pandemônio", resumiu. A regulamentação sobre a greve no Supremo Tribunal Federal (STF) determina que 30% continuem em serviço. Porém, o STJ estabelece que 80% dos servidores da Justiça Eleitoral permaneçam trabalhando, mesmo com a greve. Na prática, conforme o coordenador, isso significa acabar com o direito que a Constituição Federal garante.

Entre as atividades atingidas pela greve estão o julgamento de recursos e a organização das urnas eletrônicas. "Toda a preparação, como a instalação dos programas eletrônicos, a carga, as mídias ficarão comprometidas com a greve. Queremos fazer as eleições, é o nosso trabalho, mas estamos sendo espezinhados", lamentou Lopes. Na Paraíba, o Tribunal Regional Eleitoral conta com 400 servidores, sendo 220 na sede, em João Pessoa, e os demais distribuídos nos cartórios eleitorais



A decisão de suspender o calendário foi tomada pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), durante assembleia ontem pela manhã

UFPB suspende calendário acadêmico

O calendário acadêmico da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) está suspenso. Com isso, param as aulas na graduação, ensino à distância e pós-graduação. Nesta última, cerca de seis mil alunos serão afetados. A decisão foi tomada pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), em assembleia realizada na manhã de ontem, por 27 votos a favor e dois contrários. A suspensão não vai afetar as atividades realizadas até agora. O anúncio foi feito ontem, em entrevista coletiva realizada no auditório do Sindicato dos Docentes da UFPB (Adufpb). Hoje, dia em que a greve completa cem dias, estudantes encabeçam uma mobilização que começa às 16h, na Praça João Pessoa. Os manifestantes seguirão em passeata até a Lagoa do Parque Solon de Lucena. Em todo o país, 52 instituições de Ensino Superior estão paradas.

Conforme os representantes

do comando de greve, o calendário só será retomado quando os professores encerrarem a greve. É uma forma de pressionar o Governo Federal para que as negociações sejam reiniciadas com os docentes. "Queremos provocar o Governo para reiniciarmos a negociação que parou há 21 dias. Por isso, a partir de hoje (ontem), as atividades que dizem respeito ao calendário não vão mais ocorrer. A decisão é para garantir a segurança jurídica e política da categoria e chamar o Governo para negociarmos", destacou Marcelo Sitovsky, do comando de greve.

"Reforçamos que o calendário foi apenas suspenso, e não cancelado", ressaltou Jaldes Meneses, do comando de greve. Tão logo a greve acabe, a partir de uma negociação com o Governo, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) vai reunir os servidores para estabelecer as atividades acadêmicas, formulando

um novo calendário com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. "O ministro Aloizio Mercadante ressaltou que não haverá corte de salário, porque as aulas serão repostas", acrescentou.

O movimento tem empreendido um conjunto de ações que foram encaminhadas para o comando nacional. Uma contraproposta foi protocolada ontem e enviada para o Ministério da Educação (MEC), Ministério do Planejamento e Gestão, além do gabinete da presidente da República.

Entre as pós-graduações paradas estão as de Direito, Comunicação, Psicologia e Enfermagem. As entregas de relatórios internos também ficam suspensas, assim como as matrículas da graduação, pós-graduação e ensino à distância, que só serão realizadas após a greve. São válidas as matrículas da pós-graduação que haviam sido feitas para o período 2012.2, de acordo com Galdino Toscano de

Brito, do comando de greve. Os projetos ligados a órgãos externos, a exemplo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), não param. Assim que o semestre 2012.1 for concluído, haverá um intervalo de 15 dias, período no qual serão realizadas as matrículas.

A mobilização programada para a tarde de hoje é uma iniciativa dos estudantes e acontece em todo o país. Lucas Bezerra, que representa o movimento estudantil, disse que os estudantes estão apoiando o movimento dos professores. "Estamos numa luta articulada. Esta manifestação é puxada pelo movimento estudantil, mas participamos de todas as mobilizações dos professores", disse.

Sitovsky acrescentou que os professores permanecem na luta pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. "Os alunos querem aula e nós queremos dar aula", completou. (L.M)

Fiscais agropecuários distribuem leite

José Alves
zavieira2@gmail.com

Em greve desde o início deste mês, os fiscais agropecuários do Ministério da Agricultura resolveram realizar um protesto com ação social, e distribuíram ontem pela manhã, na Lagoa do Parque Solon de Lucena, no Centro de João Pessoa, dois mil litros de leite adquiridos em uma cooperativa da região do Cariri paraibano. Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Agropecuários (ANFFA), Magé Chaves, a distribuição de leite na Lagoa, foi uma forma de protestar pelo não atendimento das reivindicações da categoria pelo Governo Federal. "O leite foi escolhido para o protesto, por ser um produto de origem animal que é fiscalizado pelos

fiscais federais", disse ele, enfatizando que com a greve da categoria os produtos de origem vegetal ou animal podem estar sendo comercializados na Paraíba com qualidade duvidosa pela falta de fiscalização.

As pessoas que transitavam pelo Parque Solon de Lucena (Lagoa) e recebiam o leite agradeciam e apoiavam o protesto. O lavador de carro Maurício Ferreira da Silva, 32 anos, agradeceu aos fiscais federais pelo leite e disse ser a favor de todos os protestos que resultassem em benefícios para a população. A dona de casa Edileide Araújo, 45 anos, também agradeceu pelo leite e disse que o protesto era justo, porque a greve dos fiscais federais não estava prejudicando tanto a população, como por exemplo, a greve dos professores universitários que vem prejudicando

Os fiscais federais agropecuários atuam em portos, aeroportos e postos de fronteira, bem como na fiscalização de frutas para exportação e no abate de suínos, bovinos e aves. Na Paraíba, cerca de 70% dos servidores de áreas essenciais foram obrigados a voltar ao trabalho em rezeamento. "Se a ANFFA Sindical não cumprir a determinação está sujeita à multa de R\$ 100 mil por dia", disse Chaves.

Edileide Araújo disse ainda que a presidente Dilma Rousseff não está dando a mínima para a greve dos servidores federais porque nunca precisou ir a um hospital público, nem seus filhos ou parentes nunca estudaram em uma universidade pública. "Aqui pelo menos os fiscais federais estão em greve, mas estão ajudando a população com a distribuição de leite", analisou.

Magé Chaves afirmou que o protesto também teve a finalidade de mostrar à sociedade que o trabalho dos fiscais é estratégico e está diretamente ligado à qualidade de vida das pessoas. O protesto foi realizado ao lado do monumento "A Pedra do Reino", na Lagoa.

De acordo com os geógrafos, o Ministério da Agricultura já se comprometeu a realizar concurso público no próximo ano e apresentou proposta de reajuste de 5% anual até 2015, mas os servidores negaram porque alegam que não querem aumento, mas sim a transformação do benefício em subsídio.

Entre as principais reivindicações, estão a realização de concurso público para suprir o déficit de 3 mil funcionários em todo o país, a reestruturação da carreira, a transformação das remunerações concedidas em subsídio e a criação de uma escola de aperfeiçoamento para os fiscais.

Distribuição aconteceu durante protesto da categoria na Lagoa do Parque Solon de Lucena